



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S



Economistas, cientistas políticos e sociólogos debatem o tema no Espaço Democrático



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Como superar a resistência das corporações?

O corporativismo vem dificultando ou mesmo impedindo reformas estruturais de que o País necessita para colocar sua economia em linha com as nações mais avançadas. Essa foi a conclusão de um debate que reuniu cientistas políticos, economistas e sociólogos em fevereiro de 2018 na sede do Espaço Democrático, para analisar o papel das corporações no Brasil. O encontro foi coordenado pelo jornalista **Sérgio Rondino** e transmitido ao vivo pelo Facebook.

O conceito de corporativismo foi explicado pelo cientista político **Rogério Schmitt**. Segundo ele, no entendimento mais comum, corporativismo é a ação de grupos organizados em defesa de causas próprias, muitas vezes contrárias ao interesse geral. No mundo acadêmico, porém, a palavra é usada para denominar a corrente de pensamento que defende o papel do Estado como mediador dos conflitos políticos.

Para o economista **Luiz Alberto Machado**, muitos historiadores atribuem a origem do patrimonialismo (falta de distinção, por parte de políticos e funcionários, entre o patrimônio público e o privado) ao passado colonial brasileiro.

Por sua vez, o cientista político **Rubens Figueiredo** citou números que mostram as distorções geradas pela preponderância do corporativismo sobre os interesses públicos. Outras distorções foram apontadas pelo cientista social **Túlio Kahn**, especialista em segurança pública, que destacou iniciativas como a recente proposta de alteração do texto da reforma da Previdência, garantindo pensão integral às viúvas de policiais mortos em serviço. Por sua vez, o professor de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), **Hélio Michelini Pelaes Neto**, disse acreditar que é possível buscar uma situação de equilíbrio, garantindo-se também espaço para a defesa de grupos menos poderosos. Já o advogado e professor de ciência política **Marcos Paulino** afirmou que o avanço nesse campo passa também por uma melhor compreensão do papel das corporações.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: O Espaço Democrático retoma hoje um tema que foi recorrente no ano passado, em uma série de debates que fizemos e que intitulamos “Desatando os nós que atrasam o Brasil”. Um tema específico, que é o de hoje, não foi tocado naquela ocasião: o das corporações. Estamos cansados de saber que vivemos uma das mais graves crises da história do Brasil. O que existe no ar é um clamor por reformas que seriam necessárias para destravar, sair dessa situação difícil pela qual o País passa. No entanto, o que vemos no noticiário é uma resistência atroz, duríssima, de grupos organizados, corporações, cada uma em defesa dos seus próprios interesses, impedindo certas medidas ou reagindo a medidas já tomadas. Um exemplo bastante claro que temos é o da reforma trabalhista, que encontrou enorme dificuldade para ser aprovada e que ainda agora enfrenta resistência dentro do

próprio sistema jurídico do Trabalho - os juízes tentando interpretar, à sua maneira, a nova legislação trabalhista. É só um exemplo. Nós temos promotores, juízes, OAB, advogados, todos em luta bastante feroz contra a reforma da Previdência, por exemplo. E assim ocorre em outros setores.

O quadro é de resistência a mudanças que poderiam, no dizer de muitos, destruir os nós que atrasam o Brasil. Portanto, o nosso tema é esse: as corporações travam o Brasil? A participação nesta mesa é dos consultores do Espaço Democrático: os cientistas políticos Rogério Schmitt e Rubens Figueiredo, o advogado Hélio Michelini Pellaes Neto, o sociólogo Túlio Kahn, o economista Luiz Alberto Machado e um convidado especial, o advogado e professor de Ciência Política Marcos Paulino. Retomo, então, a pergunta para o professor Machado: as corporações atrasam o Brasil?



LUIZ ALBERTO MACHADO: É um tema específico e muito delicado e vou apenas tentar acrescentar um dado: não é uma novidade. Entre as várias correntes históricas que interpretam a formação do Brasil há uma delas que muita gente chama de patrimonialista, que procura destacar o caráter patrimonialista da formação do Estado brasileiro, chamando a atenção até para o fato de ser uma herança ibérica porque aconteceu na Espanha e em Portugal, com influência dos mouros, e teria sido trazido pelos portugueses para o Brasil. Na interpretação mais clássica dessa visão patrimonialista, Raimundo Faoro e outros autores dizem que Portugal trouxe para cá três instituições prontas: o Estado - a base do sistema cartorial, que no Brasil nunca foi democrático, sempre passado de geração para geração; a Igreja; e o Exército. E essas três instituições deram origem a três estamentos -

tipo de categoria sociológica que se contrapõe à ideia de classe social - que sempre dominaram o Brasil, deram as cartas na política brasileira. Direta ou indiretamente, o Estado, o clero e os militares tiveram um papel importante na formação do Brasil e dominaram em vários momentos o nosso cenário político.

Claro que pode haver certo exagero nisso, mas não há dúvida de que tem um fundo de verdade que é identificável em vários momentos. Uma coisa que sempre me preocupou é que outros países que também tiveram influência ibérica conseguiram se desvencilhar dessa herança e hoje enfrentam situações de menos travas burocráticas que o Brasil. Acho que, aqui, as corporações continuam tendo uma força muito grande. Eu dividiria essas corporações em dois tipos: as que têm uma ação formal e as que exercem sua atividade de maneira mais informal. Ambas são deletérias. Têm um efeito muito ruim não só na

política, mas na economia. Isso significa perda de produtividade muito grande para o nosso sistema econômico. Agora mesmo temos visto que a imprensa destacou a força dos cartórios. Quando você tenta desburocratizar, é uma loucura. Os cartórios têm uma força muito grande, uma bancada muito grande. Você tem que tirar cópia autenticada, tem que fazer reconhecimento de firma, coisas que estrangeiros perguntam: o que é isso? São fatores que realmente travam o Brasil.

Eu vivi muito tempo um lado desse corporativismo nos conselhos regionais. É outra situação complicada, principalmente nas profissões regulamentadas: elas têm conselhos, sindicatos, ordens e institutos - e cada um deles acaba exacerbando ou tentando exacerbar nas suas funções. Claro, às vezes a intenção é a melhor do mundo, é defender as categorias, os profissionais, mas muitas vezes isso acaba tendo um papel muito complicado. No caso sindical, isso está presente desde a CLT, faz parte do aparato criado por Getúlio Vargas - de maneira competente, como instrumento de manutenção de poder - e é muito difícil quebrar isso, como no caso da reforma trabalhista. Sou normalmente contra a regulamentação, mas nesse caso falta uma regulamentação clara. No Brasil, não fica bem definido o que é corporativismo, o que é lobby. Não existe lobby formalizado no Brasil, como existe em outros países. Nesse caso, uma regulamentação mais clara faria um bem muito grande. Como se diz, "o que é combinado, não é caro". Muitas vezes o que falta é um marco regulatório claro, que defina até onde as corporações podem ir.

SÉRGIO RONDINO: Eu peço ao Rogério Schmitt que fale sobre o conceito do corporativismo no Brasil.

QUANDO VOCÊ TENTA DESBUROCRATIZAR, É UMA LOUCURA. OS CARTÓRIOS TÊM UMA FORÇA MUITO GRANDE, UMA BANCADA MUITO GRANDE. VOCÊ TEM QUE TIRAR CÓPIA AUTENTICADA, TEM QUE FAZER RECONHECIMENTO DE FIRMA, COISAS QUE ESTRANGEIROS PERGUNTAM: O QUE É ISSO? SÃO FATORES QUE REALMENTE TRAVAM O BRASIL".

Luiz Alberto Machado

ROGÉRIO SCHMITT: A minha contribuição é acadêmica. Eu gostaria de compartilhar como o corporativismo é definido na ciência política e na discussão acadêmica. E acho que em alguns casos isso pode nos ajudar a organizar o debate. A primeira diferença que quero estabelecer é entre o conceito de corporativismo acadêmico e este mais popular. Muitas vezes é difícil perceber que podemos estar falando de duas coisas bem diferentes. Corporativismo, nessa linguagem mais popular, é um pouco aquilo que é contrário ao interesse público. É um determinado grupo de interesses ou categoria profissional, por exemplo, lutando para preservar ou aumentar direitos, frequentemente em detrimento do restante da sociedade. Em um sentido quase pejorativo, o corporativismo seria uma espécie de espírito de corpo, espírito de corporação. E há um sentido mais técnico, mais acadêmico do corporativismo, que é o que eu vou tentar apresentar aqui. O corporativismo, nesse sentido que escolhi definir, se contrapõe não ao interesse público, mas, de um lado, ao liberalismo, e do outro, ao marxismo.

Corporativismo é uma ideologia surgida, no seu sentido moderno, no século 20. Diz que a ordem política, econômica e social não pode estar centrada nem no indivíduo, como quer o liberalismo clássico, nem no conflito entre as classes sociais, como quer a corrente marxista, o socialismo. Então, nesse sentido, a sociedade precisa ser ordenada a partir de grupos profissionais, grupos sociais organizados a partir do Estado, que seria o grande mediador tanto dos indivíduos quanto das classes sociais. Normalmente, um Estado com características autoritárias - pelo menos na origem era assim. Isso foi muito claro, por exemplo, no Brasil dos anos 1930.

Então, o corporativismo é essa ideia, essa



NO BRASIL, NA ÉPOCA DO REGIME MILITAR, FALAVA-SE BASTANTE EM COMISSÕES TRIPARTITES - NEGOCIAÇÕES ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS EM COMISSÕES EM QUE CADA GRUPO TINHA O SEU ASSENTO: O ESTADO, O CAPITAL E O TRABALHO. ESSA É A IDEIA CLÁSSICA DE CORPORATIVISMO. UMA ALTERNATIVA TANTO AO PLURALISMO LIBERAL QUANTO AO SOCIALISMO MARXISTA".

Rogério Schmitt

forma de intermediação de interesses entre a sociedade civil e o Estado, na qual o Estado assume o papel de organizador do conflito político. Os conflitos políticos serão resolvidos não através dos partidos, nem através de instituições representativas do pluralismo liberal, nem muito menos através de rupturas da ordem social, como quer o socialismo, mas através de pactos interclasses, pactos entre capital e trabalho estruturados a partir do Estado. No Brasil, na época do regime militar, falava-se bastante em comissões tripartites - negociações entre patrões e empregados em comissões em que cada grupo tinha o seu assento: o Estado, o capital e o trabalho. Essa é a ideia clássica de corporativismo. Uma alternativa tanto ao pluralismo liberal quanto ao socialismo marxista. Nesse sentido, o corporativismo assumiu várias formas ao longo da história. Não devemos achar que, no caso brasileiro, por exemplo, foi algo restrito apenas à era de Getúlio Vargas. Não, o corporativismo sobrevive até hoje.

SÉRGIO RONDINO: Só uma dúvida, antes de você avançar. Isso aí se enquadra, por exemplo, na Itália de Benito Mussolini? É o mesmo princípio?

ROGÉRIO SCHMITT: Sim, é o mesmo princípio. O fascismo italiano é considerado uma das formas mais bem acabadas de corporativismo moderno. Um cientista político chamado Phillippe Schmitter tem uma definição muito boa de corporativismo. Vou tomar a liberdade de ler. Ele diz que *“o corporativismo é um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas e hierarquicamente ordenadas e*

funcionalmente diferenciadas, que são reconhecidas ou permitidas, quando não criadas pelo Estado, às quais essas corporações outorgam o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção dos seus líderes e na articulação de suas demandas e apoios”. Então, quando a gente fala na estrutura sindical brasileira, por exemplo, é bem isso. *“Unidades, categorias singulares, compulsórias, não competitivas, hierárquicas e diferenciadas”.* E aí ele opõe à definição de pluralismo: *“O pluralismo, ao contrário, seria um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes estão organizadas num número não determinado de categorias, múltiplas, voluntárias, competitivas, não ordenadas hierarquicamente e autodeterminadas, categorias que não são especialmente autorizadas, reconhecidas, subsidiadas, criadas ou controladas pelo Estado, tanto na seleção de lideranças ou na articulação de interesses e que não tenham o monopólio de atividades representativas no âmbito de suas respectivas categorias”.* Acho que essas duas definições deixam bem claro o que é o corporativismo e a diferença em relação ao modelo, digamos, mais liberal, democrático, pluralista que existe como alternativa.

Em resumo, podemos falar do corporativismo tanto no sentido mais popular, como algo que se opõe ao interesse público em geral, mas podemos também falar no sentido técnico, mais acadêmico, no qual é uma espécie de terceira via ao capitalismo liberal e ao socialismo marxista.

SÉRGIO RONDINO: Essa sua interessante visão acadêmica, histórica do corporativismo, me leva à ideia de que, quando se fala no Brasil em reformas que são necessárias e há resistência, está se travando, de certa maneira, uma batalha

pela quebra desse sistema corporativo. Não é a toa que quando foi aprovada no governo Temer a reforma trabalhista, muito gente disse que havia acabado a Era Vargas. Foi o que se disse no próprio Congresso. Duvido que tenha acabado. Mas falando em Era Vargas, falando em corporativismo e em serviço público, eu queria que o professor Rubens Figueiredo nos falasse sobre essas distorções do corporativismo que afetam o serviço público brasileiro.

RUBENS FIGUEIREDO: Há um livro muito interessante, talvez o estudo mais completo que se fez no Brasil, do economista Marcos Mendes, sobre a questão das distorções, em grande medida consequência desse corporativismo desenfreado. O Rogério disse que o objetivo do corporativismo é o Estado organizar a sociedade, mas o que a gente vê no Brasil é o Estado com uma capacidade monumental de desorganizar. O Mendes diz que o que acontece no Brasil é fruto da associação de uma sociedade profundamente desigual com a democracia - a capacidade de diversos segmentos se organizarem - e o Estado muito permeável à pressão. Nós temos, por exemplo, os fundos de pensão. Eles movimentam algo em torno de 15% do PIB em seus ativos. Um estudo do Carlos Silva, cientista político da Universidade de Brasília, em uma tese de mestrado, mostra que os cargos de direção dos fundos de pensão são ocupados por sindicalistas de carreira que buscam posição na classe política, que buscam se eleger por meio de eleições. Então, dá para ter uma ideia de quanto isso distorce uma gestão mais profissional dos fundos, que afinal de contas devem garantir uma pensão aos seus beneficiários. Reportagem recente da *Folha de S. Paulo* mostra que os penduricalhos de juizes federais, integrantes do Ministério Público e a sucumbência



OS INTERESSES EMPRESARIAIS SE INCRUSTAM NO ESTADO PARA GERAR

DECISÕES QUE SÃO FAVORÁVEIS A UMA CLASSE QUE JÁ É PRIVILEGIADA. SÓ PARA TERMINAR, E A TÍTULO DE CURIOSIDADE, O PROFESSOR MACHADO FALOU SOBRE OS CARTÓRIOS. NO BRASIL, EXISTE UM DOCUMENTO CHAMADO ATESTADO DE ÓBITO ATUALIZADO. NÓS TIVEMOS, EM SÃO PAULO, O SINDICATO OFICIAL DOS ÔNIBUS CLANDESTINOS”.

Rubens Figueiredo

que se paga a advogados da Advocacia Geral da União por ganho de causas somam R\$ 7 bilhões por ano. Para se ter uma ideia, isso equivale a salários de 42 mil funcionários públicos. R\$ 7 bilhões corresponde a 25% do que o governo gasta com o Bolsa Família, que atende a 14 milhões de brasileiros. A Constituição de 1988 estabeleceu que os funcionários públicos deveriam ser enquadrados em um regime geral único, que é a forma com que o funcionário público é contratado para o trabalho. Pois bem: uma decisão do Congresso, em 2000, incorporou na previdência pública, essa que agora se tenta a muito custo alterar, 550 mil funcionários que tinham sido contratados pela CLT e que passaram a se aposentar como servidores públicos sem ter contribuído como servidor público. Isso gerou uma explosão de aposentadorias, criando um déficit extraordinário. E a nossa classe política, no afã de agradar grandes segmentos da população para conseguir votos, também toma medidas como, por exemplo, a regulamentação da profissão de empregada doméstica, que mexeu com sete milhões de pessoas e criou um mecanismo distorcido no mercado - houve uma perda muito grande de empregos domésticos. A questão do jovem, que é a famosa meia-entrada... Quer dizer, para o jovem que vai pagar meia-entrada, alguém vai ter que pagar mais, porque não existe almoço grátis.

E também os idosos, que têm uma série de benefícios que são garantidos pela legislação. E essa bonomia da nossa classe política talvez seja mais ilustrada na criação do SUS. O Sistema Único de Saúde trata de todos os brasileiros, desde o nascimento até a sua morte, de todas as doenças. Não há nenhuma chance de algo desse nível dar certo. E as classes que têm mais condições de pressionar o Estado, como os empresários, por exemplo, atuam na forma

do que o Fernando Henrique Cardoso chamou, em 1975, de “anéis burocráticos”. Os interesses empresariais se incrustam no Estado para gerar decisões que são favoráveis a uma classe que já é privilegiada. Só para terminar, e a título de curiosidade, o professor Machado falou sobre os cartórios. No Brasil, existe um documento chamado Atestado de Óbito Atualizado. Nós tivemos, em São Paulo, o Sindicato Oficial dos Ônibus Clandestinos. E o Rogério falou no pacto social e eu me lembrei de uma frase do Delfim Neto na época do autoritarismo. O pacto social era muito buscado pelo Luiz Eulálio Vidigal, na Fiesp, e o Delfim falou assim: “Pacto social é um pacto no qual o empregado não pede aumento e o empresário, em contrapartida, não dá”.

SÉRGIO RONDINO: Rubens, já que você falou em distorção, eu queria lembrar uma coisa que me parece absurda, mas com a qual nos acostumamos ao longo de anos e anos, inclusive na nossa vida diária, que está relacionada à Justiça do Trabalho. Acho que só no Brasil existe aquela litigância sem risco. É o único caso em que, imagino, o advogado pode entrar com uma demanda qualquer sem o menor risco: se perder, não perde nada, só tem a ganhar. É uma coisa absurda. Isso caiu agora, mudou finalmente, mas durante quantos e quantos anos isso ficou na nossa legislação? Falando de casos concretos como esse, no caso específico de atuação concreta corporativa, eu gostaria de ouvir o Túlio, que é especialista na área de segurança pública, sobre a chamada Bancada da Bala.

TÚLIO KAHN: Eu vou mostrar alguns dados sobre a atuação parlamentar na área de segurança pública. O último apêndice que foi feito na proposta de reforma da Previdência, algumas semanas atrás, foi da bancada da bala, para que

as viúvas dos policiais mortos recebessem pensões vitalícias. Muito digno, sem dúvida, mas ilustra bem a questão: ninguém está preocupado em reduzir mortes de policiais, como acontece na maioria dos países onde isso é um traço estatístico. Mas isso não está em questão. Deixem os policiais continuarem morrendo, vamos cuidar é do benefício, da sinecura para as viúvas por conta da Viúva. Isso não é algo anedótico. Há alguns estudos que eu compilei pelo menos desde os anos 1990 que mostram algumas características interessantes. Há um estudo do Leandro Piquet Carneiro analisando as 50ª e 52ª legislaturas, períodos de Fernando Henrique Cardoso e Lula; há um outro estudo da Carolina Ricardo, publicado no Fórum Brasileiro da Segurança Pública; o meu, aqui da própria Fundação Espaço Democrático, em que analisei 750 propostas na área de segurança consultadas na base de dados do Congresso; e o *Sou da Paz* acompanha propostas nessa área já há algumas legislaturas. É uma bancada pequena, mas ativa. Mas se analisarmos todo o Congresso, 40% dos parlamentares já apresentaram alguma proposta na área da segurança. Parece um tema mais ou menos disseminado, mas se analisarmos a distribuição por deputado, veremos que é altamente concentrada. Há um grupo de 20 deputados na Câmara e meia dúzia no Senado que é responsável por 60% a 70% das propostas.

Outro dado interessante que as pesquisas revelaram: como em outras áreas, o grosso das propostas não vem do Legislativo, mas sim do Executivo, que tem a necessidade prática de gerir a máquina, os fundos, a Polícia Federal, o sistema penitenciário, embora seja reduzida sua responsabilidade em termos de segurança pública. O Carneiro fala que 82% das propostas que ele analisou são do Executivo; a Carolina Ricardo, 66%; e no caso mais recente, do *Sou da*



TEMOS 694 CONGRESSISTAS E QUASE 21 MIL ASSESSORES E TÉCNICOS - UMA ESTRUTURA CUSTOSA E GIGANTESCA E O RESULTADO CONCRETO NA ÁREA DE SEGURANÇA É MUITO LIMITADO E POBRE. ESSA PRÁTICA NÃO TROUXE RESULTADOS NA MELHORIA NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA - EMBORA COISAS IMPORTANTES TENHAM SIDO APROVADAS”...

Túlio Kahn

Paz, 44%. E em geral as propostas do Executivo são as mais pragmáticas, que tem a ver com o dia a dia da administração. E quais são os temas desses projetos? As já conhecidas tipificações penais: novos tipos de crimes, redução da idade penal, agravamento de pena. E aparecem em segundo e terceiro lugares as demandas das corporações. As polícias são fortes neste sentido. É gente que foi forjada nas academias, são meio que incompreendidas pela sociedade, vivem um cotidiano difícil, e isso gera um espírito de corpo. É aposentadoria, é criação de cargos, é pensão, plano de cargos e salários e tudo o que se pode imaginar em defesa de interesses próprios. Estou falando de parcela significativa das PECs, dos projetos de lei. Quase a metade das discussões da Comissão de Segurança Pública e Justiça Criminal versam sobre interesses próprios.

E onde estão as grandes discussões de reforma da polícia, de unificação das polícias civil e militar, da criação do Ministério da Segurança Pública? Eu até brinco, dizendo que a montanha pariu um rato. Temos 694 congressistas e quase 21 mil assessores e técnicos - uma estrutura custosa e gigantesca e o resultado concreto na área de segurança é muito limitado e pobre. Essa prática não trouxe resultados na melhoria na área da segurança pública - embora coisas importantes tenham sido aprovadas, como o estatuto do desarmamento. E o número cada vez maior de homicídios e a sensação de insegurança nos coloca diante de um dilema. Quanto mais a segurança piora, maior a probabilidade que pessoas com esse perfil policial se elegerem. Não só policiais, mas radialistas e apresentadores de TV que compõem parte representativa da Bancada da Bala, na linha de "porrada nos criminosos", "rota nas rua", etc. Então, o problema é como sair desse contexto, como romper esse imobilismo. Historicamente, quando passou al-

guma coisa importante, foi tarefa de organizações da sociedade civil em conjunto com o Executivo. É normal que se defendam os interesses da corporação, nada de errado, mas não pode se limitar a isto.

SÉRGIO RONDINO: O que seria a defesa legítima dos interesses sem prejuízo para a coletividade ou para a Nação? Por exemplo - esse é um tema para o professor Hélio Michelini Pellaes Neto: o que é lobby? Lobby é corporativismo?

HÉLIO MICHELINI PELLAES NETO: É uma confusão frequente essa entre lobby e corporativismo. Quando se fala em lobby, sempre é citada a bancada da bala. Ou seja, o lobby estaria sempre atrelado a grandes setores, ao agronegócio, à indústria bélica, à energia, à construção civil, em decorrência de uma série de manobras de corrupção que a gente tem enxergado nos últimos tempos. Na verdade é um erro frequente a aproximação do lobby e do corporativismo. E eu diria mais: há quem entenda que são a mesma fórmula na sua versão viciada ou virtuosa, o corporativismo e o lobby. Eu acredito que não. Eu acredito que parte das ações que são encampadas pelo conceito do corporativismo, se fossem regulamentadas se tornariam lobby, mas não todas. Esse emaranhado obscuro que é o corporativismo abre portas para a defesa de interesses também obscuros. Então, acho que nem tudo que entra nessa caixa pode ser identificado como lobby. A regulamentação é muito oportuna e existem alguns modelos interessantes, porque tornar esses processos transparentes abre portas para que pequenos setores, associações de pequenos produtores, possam defender também os seus interesses. A desconexão completa entre o público e o privado, no meu modo de ver, interrompe um proces-

so de desenvolvimento. Eu acredito no Estado não-gestor. O modelo de saúde, por exemplo, é falho, é precário, o Estado jamais vai ser competente para isso, mas a regulamentação é importante. Então entra a dinâmica das agências reguladoras, com o papel de fiscalizar. Existem dois modelos que seriam muito interessantes, um deles já incorporado pelo União Europeia, e o modelo americano, com um diploma vigente desde 1995, que estabelece princípios, parâmetros para essa regulamentação. Pelo menos três deles me chamam a atenção. O primeiro é a transparência. Quer corrigir um problema? Torne-o transparente. Uma regulamentação que seja oportuna deve iluminar quais são os atores, quais são os temas discutidos, com quem se discute, quais são os objetivos dessa discussão.

Nos Estados Unidos, um profissional de lobby é registrado. É um lobista. Ele diz: "Eu estive com o deputado tal, com o senador tal discutindo esse tema". E esse tema não interessa a uma empresa ou a alguém, interessa a um setor produtivo. Se houve repasse de verbas nesse processo, ele nunca mais terá a chance de representar nesse formato. Ele abandona a carreira e vai responder a um processo. Iluminar o processo corrige. O segundo tópico, o segundo princípio é o diálogo, a conexão entre o público e o privado tem que ser estabelecida. O Parlamento tem que produzir medidas que sejam legítimas, que alcancem interesses do setor privado e da sociedade em geral. O que existe são medidas populistas que não levam a um processo de desenvolvimento. A desconexão entre o setor produtivo, o setor privado e o primeiro setor, o setor público, o Estado em geral, digamos assim, também é prejudicial. E em terceiro, a igualdade de acesso. Isso não pode ser restrito a grandes corporações. Então, é preciso que a regulamentação promova, de alguma forma, canais de acesso para peque-



ESSE EMARANHADO OBSCURO QUE É O CORPORATIVISMO ABRE PORTAS PARA A DEFESA DE INTERESSES TAMBÉM OBSCUROS. ENTÃO, ACHO QUE NEM TUDO QUE ENTRA NESTA CAIXA PODE SER IDENTIFICADO COMO LOBBY. A REGULAMENTAÇÃO É MUITO OPORTUNA E EXISTEM ALGUNS MODELOS INTERESSANTES”...

Hélio Michelini Pellaes Neto

nos setores produtivos para que eles possam também ter acesso. Quando você estabelece bem esse marco, tem políticas de incentivo. E políticas de incentivo são sempre interessantes para um projeto de desenvolvimento, elas tendem a evitar manobras facilitadoras, corruptivas.

SÉRGIO RONDINO: Marcos Paulino quer acrescentar alguma coisa?

MARCOS PAULINO: Eu gosto sempre de, num debate de alto nível como este, de não esquecer do óbvio. O problema é que nos períodos de grandes crises, nos momentos de sofrimento de um modo geral, corremos o sério risco de atacar a coisa e não o uso da coisa. O processo político entra em crise e as pessoas começam a descrever da democracia. É um pecado capital. É preciso tomar cuidado. A corporação, em si, tem papel importante. Quando foi concebida, tinha um papel. E deveria se ater a fazer esse papel. Por exemplo, a corporação dos juízes defendendo a vitaliciedade do cargo é importante. É princípio fundamental. Ou as Forças Armadas defendendo a disciplina. Você não pode fazer uma assembleia numa praia para decidir sobre o Dia D, se vai invadir ou não vai invadir.

Então, essa estrutura da corporação é bem-vinda. É importante ela ser mantida para defender aquilo que ajuda a defender interesse público. Agora, o que acontece é as pessoas se esconderem no anonimato do todo. Como a gente dizia quando era moleque, “quando está em turma o cara fica mais valente”. E é isso o que acontece. O sujeito reza na igreja no domingo, faz a sua contribuição, oferta, e na segunda-feira ele sacaneia o funcionário. O brasileiro – digo sempre isso – vota, na eleição majoritária, no salvador da pátria, no cara que ele acha que vai salvar o País; e no deputado para aquele que



O PROCESSO POLÍTICO ENTRA EM CRISE E AS PESSOAS COMEÇAM A DESCRER DA DEMOCRACIA. É UM PECADO CAPITAL. É PRECISO TOMAR CUIDADO. A CORPORAÇÃO, EM SI, TEM PAPEL IMPORTANTE. QUANDO FOI CONCEBIDA, TINHA UM PAPEL. E DEVERIA SE ATER A FAZER ESSE PAPEL”.

Marcos Paulino

vai quebrar o galho dele, que ajuda na manutenção de alguma boquinha. Então a gente não tem necessariamente que combater a corporação, mas batalhar para que, lá dentro, somente sejam aceitos interesses transparentes. Não temos que negar a conveniência delas. É isso: nós temos que fazer um esforço sobre-humano, sobretudo num País atrasado e injusto como o nosso, para que seja feito bom uso das corporações.

O Rubens Figueiredo lembrou algumas distorções. Se em uma empresa pública você falar em aumentar a produtividade, a corporação reage. Eu não entendo uma coisa que acontece no Brasil. Um cara que é um brilhante concursado vira depois um péssimo funcionário público, eu não entendo essa transformação. De repente, num passe de mágica. Essa coisa de se escudar na corporação é um lembrete de que a gente deve estar atento ao uso que se faz dela.

SÉRGIO RONDINO: O Marcos coloca uma questão que é básica na discussão de hoje. Afinal de contas, nós temos chance? O que se vê nessa atuação toda das corporações é que há o interesse legítimo, normal e o interesse privado em detrimento do coletivo. O que mais acontece é isso – o privado em detrimento do coletivo. E não há como romper. Minha pergunta para vocês é: como se pode romper essas muralhas de resistência em diferentes setores? A minha sensação é a de que o País está enxugando gelo, de que não adianta nada. Temos chance, temos esperança?

LUIZ ALBERTO MACHADO: É a essência do patrimonialismo. Na visão do caráter patrimonialista do Estado no Brasil, você tem os estamentos que surgiram com as instituições que já vieram prontas de fora. E os representantes desses estamentos, quando chegam ao exercí-

cio do poder, colocam os interesses do próprio estamento acima dos interesses gerais. Então, é a administração da coisa pública como se ela fosse patrimônio particular. É extremamente difícil derrubar. Por quê? A teoria econômica explica isso, é um conceito extremamente sofisticado, que é analisar o funcionamento da economia a partir da ótica das instituições políticas. O que é a posse do dinheiro? É a mesma relação que o cidadão tem com o voto. O voto ele joga para este ou aquele e escolhe, decide. Quem tem a posse do dinheiro faz isso. Como se faz isso colocando o interesse geral acima do interesse particular? É extremamente difícil. O Paulino coloca uma coisa que é fundamental. Na essência está um problema de formação individual. O cara é bom no todo, na igreja, no domingo, mas no dia seguinte, no exercício da função dele, é o interesse dele ou do grupo dele que tem que prevalecer. Então, nós vamos cair naquela velha coisa: “Ah, então o problema é da educação e aí não tem saída”. Lamentavelmente passa por aí.

SÉRGIO RONDINO: Eu me lembrei agora de um caso bastante típico nos Estados Unidos, que é a questão do porte de arma. Você tem lá, claramente, uma demanda pública, da sociedade, pela restrição – não é nem proibição, fala-se em restrição. Olha, pelo menos não vamos vender um AR-15 para qualquer criança, qualquer imbecil. E, no entanto, por um princípio da Constituição, o lobby das armas impede mudanças que dependem do Congresso e não passam. No nosso caso está aí a reforma da Previdência para ser decidida e depende dos votos do Congresso. E o Congresso é mais do que pressionado pelas corporações. Daí vem a minha pergunta outra vez: temos chance? Como a gente sai disso? Ou não sai? Ou vamos empurrar com a barriga e nos conformar?



RUBENS FIGUEIREDO: Nós temos um problema grave no Brasil que é o tamanho do Estado. Um Estado desse tamanho e poroso do jeito que é estimula o corporativismo. Eu trabalhei na Fiesp (*Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo*) e o meu objeto de estudo na USP eram os empresários. E eu fui fazer um estágio na Inglaterra, na França e na Espanha. Eu saí daqui pensando: se a Fiesp é desse tamanho, imagine a Confederação das Indústrias da Inglaterra. Eu cheguei lá e eram quatro salas. O Estado enche as corporações de dinheiro e elas ficam mais fortes. Com essa reforma trabalhista, o trabalhador vai se sindicalizar, vai pagar a sua contribuição se achar que o seu sindicato é importante para defender os interesses dele, e não compulsoriamente. Na área dos

dentistas você tem a Conselho Regional de Odontologia; aí tem o Conselho Federal de Odontologia; aí tem o Sindicato dos Dentistas; e a Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas. É um excesso de estímulo ao corporativismo. Quando entupiam a CUT de dinheiro havia uma série de manifestações que hoje a gente vê que eram artificiais. O Brasil é o único país do mundo que tem cinco centrais sindicais e uma é única. Então, é complicada essa cultura de corporações, de todo mundo se organizar. A reforma trabalhista quebra um pedaço grande disso. Se desestatiza, ajuda a melhorar. Se implanta o voto distrital misto, por exemplo, tira um pouco do efeito dessa pressão, que é legítima. Mas se o Estado aceitar toda a pressão, deságua no déficit fiscal que a gente tem hoje.

TÚLIO KAHN: Historicamente, o que contribuiu para a dissolução do estamento foi o liberalismo, o capitalismo, a competição. Então, essa pode ser uma fórmula. O problema é que a gente não tem só capitalismo de Estado. Temos o sindicalismo de Estado, o carnaval de Estado... A competição é uma forma. A outra é a crise chegar a um ponto de calamidade - da Previdência ou da Segurança Pública - que vai ser necessário mexer. Se não mexer vai desaparecer a Polícia Civil, vai desaparecer a Polícia Militar, vai ser criada uma outra coisa. As empresas vão entrar no mercado da segurança e na vigilância eletrônica por ineficiência.

ROGÉRIO SCHMITT: Eu quero costurar coisas que foram ditas aqui, explícita ou implicitamente por todos. O corporativismo no Brasil, hoje, tem nome: é o capitalismo de Estado, o capitalismo de compadrio. Não é nem o capitalismo liberal, mas também não é a economia planificada. O Paulino falou em luzes que poderíamos jogar para mudar isso e o Túlio mencionou que uma delas é mais concorrência, mais capitalismo, choque de capitalismo. Mas acho que há uma outra luz que podemos jogar nesta discussão, que está um pouco na fala do Hélio, é a da democracia e a da transparência. Um incentivo tem que vir pela política, e outro pela economia. Mais democracia, mais transparência, mais capitalismo, mais concorrência. Agora, não dá para imaginar que essa mudança será do dia para a noite. As pessoas reagem a incentivos e as mudanças são graduais. Acho que o Brasil ainda tem décadas de desafio de levar o nosso capitalismo de Estado, o capitalismo de compadrio para um capitalismo liberal, com a democracia representativa mais consolidada.

SÉRGIO RONDINO: Isso me lembra que, se

tivermos que esperar esse longo prazo, estaremos todos mortos e há problemas no Brasil que não podem esperar esse longo prazo. A colocação do Túlio é interessante porque uma saída seria que prevalecesse no Brasil o pensamento liberal, que é desse tamanho, sempre foi historicamente muito pequeno e hoje parece que está florescendo. A outra saída seria simplesmente a crise fazer as coisas apodrecerem, explodirem e aí muda tudo. Por isso, insisto nessa questão: temos chance? Vamos ter que adotar a tese gradual, ou vamos esperar que as coisas se resolvam? Por exemplo, a Previdência: a previsão é de que em poucos anos tudo exploda.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Mesmo nessa questão da Previdência, que parece tão consensual, tão óbvia, há grupos importantes da população que discordam, que mostram que esses números são falaciosos. E não é um grupo sem influência. Pelo contrário, é um grupo que tem uma participação importante. E é muito difícil o diálogo entre esses dois grupos. Dentro do Conselho Federal de Economia há dois grupos virados de costas, um não encosta no outro. Hoje está dominado por um grupo que é majoritariamente defensor dessa posição. Para eles, o mercado é quase um palavrão. Eu até brinco que grande parte dos economistas em Estados como São Paulo vai ganhar a vida no mercado. A última nota técnica do Conselho é uma afronta ao mercado. Se falar no mercado de capitais, no mercado financeiro, então, aí é o diabo. Então, esse consenso é muito difícil. Como vamos fazer? É lento o processo. É choque de democracia, choque de cidadania, choque de cultura, aprender a conviver com as diferenças, a dialogar com as diferenças. Mas isso é fácil de falar nessa mesa. No dia a dia é muito mais complicado.

RUBENS FIGUEIREDO: Mas nós já tivemos algumas reformas. O presidente Michel Temer, durante o primeiro governo do Fernando Henrique, era relator da reforma da Previdência. Nessas reformas anteriores nós tivemos avanços. É lógico que é muito difícil imaginar o que o Brasil seria se o Joesley Batista não tivesse gravado o presidente da República. Muito provavelmente essa reforma teria sido aprovada. Muito provavelmente. Quer dizer, tem o Brasil pré-Joesley e depois. Agora, antes, a reforma seria aprovada. Não sei em qual dimensão, em qual profundidade, mas certamente seria aprovada. Só se você tiver um presidente forte, com capital político grande. Não tem outra alternativa. Quando o Fernando Henrique entrou, ele era quase um Deus. Estabilizou a moeda. O Lula entrou e não quis fazer. Se alguém entrar e quiser fazer, vai sair. É antibiótico, senão morre.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Nesse sentido, me lembro de um velho professor nosso, César Saldanha, que trabalhou no Ministério da Fazenda, na área da organização tributária. O Brasil está fazendo uma reforma tributária. A eficiência arrecadadora do Brasil é impressionante. O sistema de arrecadação do Imposto de Renda

no Brasil é exemplo para o mundo. O que nós temos é outro tipo de problema, é o emaranhado, a confusão, mas que há avanços, há. Acabei de ler o livro do embaixador Rubens Ricúpero, A diplomacia na construção do Brasil, e ele coloca: a diplomacia é o retrato do País. O diplomata, de certa forma, representa o País naquele momento. O Brasil vive um momento ruim e ninguém quer vir para cá para tirar foto ao lado do presidente. Se a gente analisar o que era o Brasil no começo do século e o que é hoje, nós avançamos muito. Poucos países avançaram tanto quanto o Brasil avançou num século. Serve de consolo? Não sei. Gostaria que os avanços fossem mais rápidos ainda. Por isso compartilho dessa sua preocupação.

SÉRGIO RONDINO: Qualquer estudo que mostre o Brasil da década de 1950 e o Brasil de agora aponta avanços fantásticos em todos os setores - organização, saúde, economia, tudo. O Brasil realmente melhorou. O problema é que a angústia provém dessa possibilidade de as coisas não acontecerem com rapidez. É um negócio muito difícil. Eu agradeço a todos vocês pela participação. Obrigado e até o próximo Encontro Democrático.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2018 - "Corporações atrasam o Brasil"
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br